

CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES – OUTUBRO/2023

| Prazo | Obrigação | Disposição Legal |
|-------------------|---|---|
| Até dia 20 | - As Prefeituras, Câmaras, Fundos de Previdência, Institutos de Previdência, Autarquias, Fundações e Empresas Estatais Dependentes (todos municipais), deverão enviar movimento contábil isolado e conjunto do mês de setembro de 2023 (balançetes isolados e conjuntos). | Comunicado SDG nº 77/2022, do TCE-SP. |
| Até dia 20 | - Todos os órgãos jurisdicionados (estadual e municipal) ao TCESP deverão encaminhar o documento de Folha Ordinária - Pagamento – Fase III do sistema Audesp, relativo a setembro de 2023. | Comunicado SDG nº 77/2022, do TCE-SP. |
| Até dia 20 | - Todos os órgãos jurisdicionados (estadual e municipal) ao TCESP deverão encaminhar o documento de Folha Suplementar - Pagamento – Fase III do sistema Audesp, relativo a setembro de 2023, se couber. | Comunicado SDG nº 77/2022, do TCE-SP. |
| Até dia 20 | - As Prefeituras devem fazer a transferência dos valores equivalentes a 25% das receitas vinculadas à educação referentes ao arrecadado no período de 01 a 10 deste mês. | Inciso I, § 5º, do artigo 69, da Lei Federal nº 9.394/1996. |
| Até dia 20 | - As Prefeituras devem afixar e enviar à Câmara Municipal os balançetes da Receita e da Despesa do mês anterior. | Artigo 49, da Lei Complementar nº 101/2000 e L.O.M.. |
| Até dia 20 | - As Prefeituras devem repassar ao Legislativo os recursos financeiros (duodécimo). | Inciso II, do § 2º, do artigo 29-A, e artigo 168, ambos da Constituição Federal. |
| Até dia 20 | - Os órgãos públicos que possuem servidores segurados do Regime Geral de Previdência Social, devem recolher à Previdência Social (INSS) a contribuição patronal e o desconto de contribuição dos segurados empregados e trabalhadores avulsos a seu serviço. Igualmente recolher as contribuições (20%), incidentes sobre os valores pagos aos prestadores de serviços sem vínculo empregatício – Contribuintes Individuais (trabalhadores autônomos), e demais pessoas físicas, assim como, o valor retido de (11%), mediante desconto na remuneração a eles paga, relativo ao mês de liquidação do empenho. OBS.: O recolhimento deverá ser realizado por meio do DARF Previdenciário emitido após a transmissão da DCTF Web, pelo o Portal do e-CAC. | Artigo 30, inciso I, letra “b” c/c § 2º; artigo 32, inciso IV, ambos da Lei Federal nº 8.212/1991; artigo 4º, da Lei Federal nº 10.666/2003; artigo 225, inciso IV e §§, do Decreto nº 3.048/1999; e Portaria Interministerial MT/MPAS nº 326/2000 c/c Portaria Interministerial nº MPS/MTE nº 227/2005; inciso III, do artigo 49, da Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022, e inciso IV, do § 1º, do artigo 19, da Instrução Normativa RFB nº 2.005/2021. Manual de Orientação da DCTFWeb - Versão 1.5 - Outubro de 2022. |
| Até dia 20 | - Os órgãos públicos devem recolher ao INSS as retenções relativas à cessão de mão-de-obra ou empreitada de mão-de-obra (11%), das notas fiscais emitidas no mês anterior. OBS.: As Prefeituras, Câmaras, Autarquias Municipais, Fundações Municipais, Entidades de Previdência Municipal, Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas Municipais, Consórcios Intermunicipais e Consórcios Públicos (Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005), devem observar a redução do percentual para 3,5%, quando contratarem determinados serviços mediante cessão de mão-de-obra ou empreitada de mão-de-obra. O recolhimento deverá ser realizado por meio do DARF Previdenciário emitido após a transmissão da DCTF Web, pelo o Portal do e-CAC. | “caput”, do artigo 31, da Lei Federal nº 8.212/1991, e inciso III, do artigo 49, da Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022. § 6º, do artigo 7º, da Lei Federal nº 12.546/2011. “caput”, do artigo 6º, da Instrução Normativa RFB nº 2.043/2021. Manual de Orientação da DCTFWeb - Versão 1.5 - Outubro de 2022. |
| Até dia 20 | - A Câmara Municipal, as Autarquias, Consórcios e as Fundações instituídas e mantidas pelo Município, devem repassar à Prefeitura o produto da arrecadação do Imposto de Renda Retido sobre trabalho assalariado (folha de pagamento) e sem vínculo empregatício (contribuintes individuais), aluguéis pagos a pessoas físicas, bem como sobre os pagamentos a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil. | Inciso I, do artigo 158 da Constituição Federal c/c alíneas “d” e “e”, do inciso I, do artigo 70 c/c artigo 7º, da Lei Federal nº 11.196/2005; artigo 64, da Lei nº 9.430/1996; e artigo 7º, da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012. |

GEPAM, 19 de outubro de 2023.
